ECHANIZ, Arantza / PAGOLA, Juan: *Ética do profissional da comunicação*. Tradução do original espanhol por Cristina Paixão Lopes. São Paulo: Paulinas, 2007. 376 pp., 20 X 13,5 cm. Col. Comunicação-estudos. ISBN 978-85-356-1851-8.

O livro insere-se num dos âmbitos da globalização, a cultura e o papel que desempenham os meios de comunicação neste fenômeno. No atual contexto da sociedade da informação de matriz neocapitalista, surgem novos desafios e questionamentos éticos que precisam ser fundados em princípios. Sem dúvida, o protagonismo da mídia transformou-se em causa de rápidos avanços na organização do trabalho do profissional da comunicação.

O livro está dirigido preferencialmente a estudantes e profissionais da comunicação com o objetivo de orientar sobre questões éticas. Dividido em duas partes, a primeira compila aspectos gerais da profissão, enquanto a segunda aborda problemas concretos da prática profissional. Cada capítulo apresenta uma série de exercícios e de casos reais para provocar a reflexão.

A primeira parte, *Contexto da comunicação e conceitos gerais da ética dos meios*, descreve o fenômeno da *sociedade da informação* e da *globalização cultural* onde os meios aparecem como legitimadores do assim chamado *pensamento único* devido à influência das grandes agências de notícias (Reuters, AP, CNN, UPI), e do processo de uniformização da mídia. Tais fatores conduzem à perda do pluralismo informativo e à ditadura das grandes corporações midiáticas (Financial Times, Le Monde, New York Times etc.), todos arautos do pensamento capitalista (cap. 1).

Se a comunicação é um elemento fundamental para a existência e o bom funcionamento da sociedade, as constatações anteriores levam a perguntar sobre as condições e limites para o exercício profissional no âmbito da comunicação: a liberdade de expressão e o direito à informação. Ambos os direitos, fundamentais para qualquer democracia, nos alertam que o direito à informação tem limites, que o fim não justifica os meios, nem toda informação tem o mesmo valor, e que todo cidadão tem direito à informação verdadeira (cap. 2). Mas, quais são os princípios que o profissional deve levar em conta para o desenvolvimento de sua atividade? Resposta ética: beneficência, não-maleficência, autonomia, justiça e responsabilidade (cap. 3). O exercício dos principais direitos em torno da informação e da concretização dos princípios éticos enfrentam diversas limitações impostas pelo poder político e econômico, como é o caso da manipulação das rela-

ções entre os meios e a publicidade. É urgente um debate ético sobre a questão (cap. 4).

A segunda parte do livro, *Temas para uma ética da comunicação*, aborda diferentes aspectos concretos que envolvem o funcionamento dos meios e a figura do jornalista. Observador autorizado e destacado da realidade, o jornalista, na maioria dos casos, é a única testemunha dos fatos. Seu primeiro compromisso ético, sem dúvida nenhuma, é com a verdade do real. O exercício responsável do profissional da comunicação evoca uma série de direitos e deveres: veracidade, liberdade de informação, transparência, respeito pela dignidade humana, responsabilidade, direito ao sigilo profissional, direitos autorais, direito à imparcialidade-independência (cap. 5). Também o destinatário é um sujeito de direitos e deveres, pois dele depende, em grande parte, o correto destino da mensagem: preservação da intimidade, responsabilidade na assinatura dos canais de informação, exigir retificação de informações falsas, direito a não receber informação, dever ético de rejeitar certas mensagens (cap. 6).

Toda atividade humana relacionada ao outro deve ser orientada por princípios éticos mínimos. Se toda profissão tem uma projeção moral, a profissão jornalística é uma das mais relevantes e complexas. O profissional da comunicação, permanentemente diante do outro (o público), pede o fomento de uma autorregulamentação que delimite seu campo de atuação e ajude a superar alguns vícios adquiridos: não separação entre informação de opinião, supervalorização da imagem, invasão da intimidade, sensacionalismo, mau uso da liberdade de expressão, manipulação dos fatos (cap. 7). Os capítulos finais abordam duas questões concretas: as novas tecnologias (cap. 8), e a comunicação em chave Norte-Sul, onde os autores, professores da Universidade de Deusto (Bilbao, Espanha) criticam, com a tradicional crueza basca, a forma preconceituosa e parcial com que os meios de comunicação dos países ricos tratam os países empobrecidos (cap. 9). Efeitos das novas tecnologias?

Élio Estanislau Gasda SJ